

# 8 TRILHÕES DE REAIS. E CONTANDO

Esse foi o valor alcançado pela dívida pública em 2023. Se o governo não controlar as contas e não reverter a tendência de aumento, a situação pode se agravar e ameaçar o desempenho da economia

PEDRO GIL

**OUTRA VISÃO** Haddad: na política praticada pelo governo, o relevante é buscar novas receitas

Uma frase lapidar da música *O Bêbado e a Equilibrista*, dos compositores João Bosco e Aldir Blanc, expressou, com rara poesia, o fio tênue que separava o otimismo do desalento nos tempos da ditadura militar: “A esperança dança na corda bamba de sombrinha”. Décadas depois, a citação pode ser usada para definir os desafios que estão diante do ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Na linha de frente do governo, Haddad tenta equilibrar-se entre a responsabilidade fiscal e o desejo irrefreável de seu chefe, o presidente Lula, de gastar. Um novo sinal desse descompasso foi revelado na quarta-feira, 7, quando o Banco Central divulgou os últimos dados orçamentários de 2023. No ano passado, a dívida bruta do setor público, compreendendo União, estados e municípios, subiu para 74,3% do Produto Interno Bruto, alcançando 8,1 trilhões de reais. De forma simplificada, a dívida é resultado dos empréstimos feitos por entes de governo com o objetivo de custear a máquina pública. E, sob gestões petistas, as despesas com a engrenagem estatal costumam explodir.

O resultado se deve ao déficit de 231 bilhões de reais que o governo re-



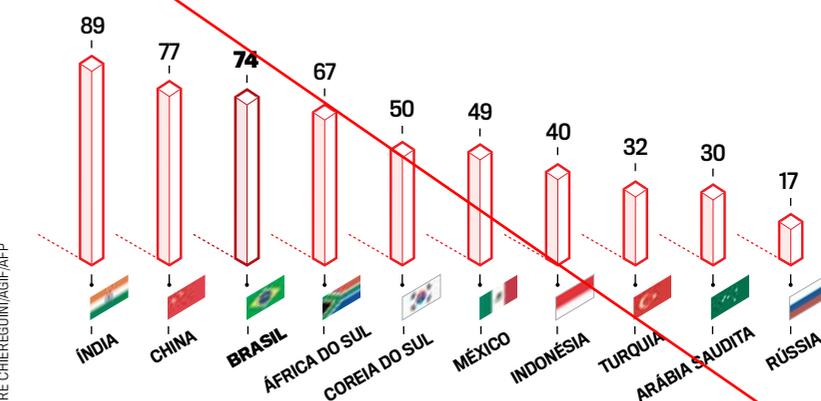
**MEU PEDAÇO** Lira: deputado quer participar ativamente do orçamento

gistou em 2023, o pior desde a pandemia e o segundo maior da história. Ainda que se considere que houve pagamentos extraordinários, como o de precatórios (leia artigo de Alexandre Schwartzman na página 47), foi um revés para o ministro Haddad. “É impossível fazer política fiscal no Brasil com um orçamento tão rígido e com o Executivo e o Legislativo disputando onde vão gastar”, diz o economista Marcos Lisboa, que foi secretário de política econômica no governo Lula 1.

É certo que o patamar da dívida pública não indica um cenário de calamidade. Mas inspira preocupação.

## ENTRE OS MAIS ENDIVIDADOS

O Brasil tem uma das maiores dívidas em relação ao PIB entre grandes economias emergentes (em %)



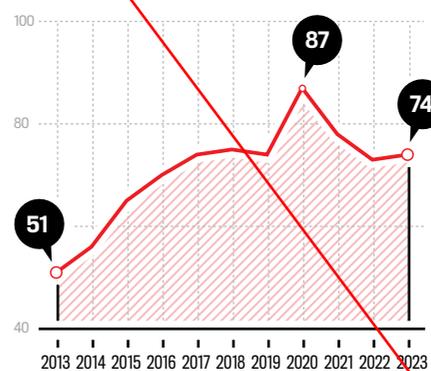
Fonte: World Population Review

Especialmente pela sua linha de evolução. Quando se olha para o histórico do Brasil, o crescimento médio anual da economia nos últimos dez anos foi de 0,6%. Ao mesmo tempo, o aumento da dívida, de 51,5% em 2013 para 74,3% em 2023, representando um avanço acima de 2% ao ano. Significa dizer que, a cada 0,1 ponto percentual de crescimento do PIB, a dívida subiu 0,4 ponto. Se essa proporção for mantida pelos próximos anos, o cenário se complica. Atualmente, o Brasil se aproxima da relação da dívida com o PIB de Índia (89%) e China (77%). Mas esses são países de crescimento econômico forte. Outros grandes emergentes, como México, Indonésia e Turquia, têm dívidas que equivalem a menos de 50% do PIB. Esse é o patamar de endividamento em que o Brasil, por ser uma economia em desenvolvimento, deveria se manter, consideram os analistas econômicos.

Felizmente, há alguns fatores que podem ajudar. “Devemos ver neste ano uma recomposição de preços de commodities, o que favorece o Brasil, afasta a possibilidade de descontrole e nos dá um fôlego adicional”, diz Alex Agostini, economista-chefe da Austin Ratings, agência brasileira de classificação de risco. Ainda assim, a Austin prevê que o endividamento chegará a

### MUDANÇA DE PATAMAR

O sobe e desce da dívida brasileira nos últimos anos (em % do PIB)



Fonte: Banco Central

77% do PIB neste ano e a 80% em 2025. Como a Austin, as agências internacionais S&P e Moody's preveem um inchaço da dívida brasileira nos próximos anos. A primeira estima que chegará a 83% do PIB até 2026, enquanto a segunda espera incremento para 81% do PIB até o fim do ano que vem. “A política fiscal neste governo é mais expansiva, mas a questão da dívida é uma fraqueza histórica do Brasil”, afirma Manuel Orozco, diretor da S&P e analista da América Latina. Apesar da preocupação, a S&P elevou recentemente a nota de crédito brasileira. “Valorizamos a independência do Banco Central e as reformas recen-

tes, como a tributária”, diz Orozco. “O ganho institucional importa mais do que a dívida, mas isso tem limite”.

Além do valor proporcional da dívida, é preciso olhar para a capacidade de o país absorver os débitos contraídos. No fechamento do ano, a poupança ficou em 982 bilhões de reais, abaixo do valor de 1,1 trilhão de reais registrado em 2022. “Essa riqueza potencial é aplicada em ativos financeiros, mas, embora o Brasil não esteja em crise fiscal, a situação preocupa por causa da trajetória”, diz o economista Gustavo Loyola, ex-presidente do Banco Central. A composição da dívida pública é outro fator a ser ava-

### A ORIGEM DO PROBLEMA

A composição da dívida pública federal (em %)



\*Pessoas físicas ou jurídicas e fundos com domicílio no exterior

Fonte: Tesouro Nacional

### RESISTÊNCIA

Correios: governo federal não quer ouvir falar em privatização



JOEDSON ALVES/AGÊNCIA BRASIL



ALEXANDRE SCHWARTSMAN

## O TAMANHO DA ENCRENCA

Desmontamos uma conta fajuta do Tesouro Nacional

O GOVERNO FEDERAL contabilizou déficit primário de 230 bilhões de reais no ano passado, equivalente a 2,1% do PIB. Corrigido pela inflação, é o maior desde que começamos a registrá-lo, exceto, é claro, pelo resultado de 2020, o ano da pandemia.

Não faltou quem tentasse dourar a pílula, chegando ao paradoxo de afirmar que o enorme desequilíbrio do ano passado refletia, na verdade, “a arrumação da casa” (não quero nem pensar o estado da casa em que o responsável pela opinião vive). A própria Secretaria do Tesouro (STN) alimentou esse mito no material de divulgação do resultado de dezembro, deduzindo dele o desembolso realizado naquele mês relativo aos precatórios atrasados por causa da malfadada emenda constitucional de 2021 que instituiu um limite ao pagamento dessas despesas.

Segundo a STN, como foram desembolsados 92,4 bilhões de reais em dezembro referentes a tais gastos, tendo em vista a decisão do STF que considerou inconstitucional a referida emenda (não me pergunte), o resultado anual teria sido, na verdade, um déficit de 144 bilhões. Essa conta é fajuta.

Na verdade, os 92,4 bilhões dizem respeito a precatórios não pagos desde o final de 2021, ou seja, em 2022, mas também em 2023. Embora a STN tente empurrar a responsabilidade do gasto em dezembro para o governo anterior (que tem, sim, culpa no cartório, por ter proposto casuisticamente a tal emenda), as despesas com precatórios não pagos em 2023 teriam que ser contabilizadas no resultado de... 2023.

Quando da promulgação da emenda em 2021 a Consultoria de Orça-

mento da Câmara estimava que cerca de 43,5 bilhões não seriam pagos em 2022. Uma boa aproximação, portanto, sugere que perto de metade dos 92,5 bilhões desembolsados em dezembro refere-se a 2022 (logo, a metade restante teria que ser paga em 2023).

Não faz, portanto, sentido deduzir 92,4 bilhões do déficit do ano passado, mas metade deste valor, já que a outra metade se materializaria de qualquer jeito em 2023.

Em números, o déficit de 2023 teria atingido perto de 190 bilhões de reais;

já em 2022, ao invés de um superávit de 55 bilhões de reais, teríamos um superávit na casa de 12 bilhões de reais. De uma forma ou outra, uma deterioração impressionante das contas públicas no ano passado.

À parte a piora do resultado, a forma como se concretizou não sugere

coisa boa para o futuro. Houve aumento expressivo das despesas obrigatórias, isto é, gastos que se repetirão (isto se não crescerem ainda mais) de um ano para outro, reduzindo a já minúscula flexibilidade do orçamento federal.

Isso explica o apetite do governo por novas receitas, mas a verdade é que o problema não pode ser resolvido dessa forma. A persistir o crescimento da despesa obrigatória, até o frouxo “novo arcabouço fiscal” não dará conta, a menos que estejamos dispostos a ver a carga tributária também crescer indefinidamente (acreditem: não é uma boa ideia).

Independentemente de atingirmos (ou não, como temo) a meta fiscal de 2024, a encrência é bem maior do que supõe o afã dos bajuladores. ■

“O certo, nas contas do déficit fiscal de 2023, seria descontar só metade do valor dos precatórios”

FULLANO DE TAL



### DESPESA

Previdência: gastos com aposentadorias representam a segunda maior fatia da dívida pública